

DELIBERAÇÃO nº 059/2025 – CEDIPI/PR

Utilização de saldo resultante da diferença entre valores de habilitação e valores de contratação de obras habilitadas conforme Deliberação nº 024/2025 e Resolução SEMIPI nº 025/2025.

CONSIDERANDO a Deliberação nº 024/2025 que aprova a destinação de recursos provenientes do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa para obras de construção, reforma e ampliação da política da pessoa idosa.

CONSIDERANDO a Resolução SEMIPI nº 025/2025, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa,

CONSIDERANDO que nos processos licitatórios, em razão da concorrência das licitantes pelo menor preço, o valor efetivamente contratado pelos municípios e repassado pela SEMIPI pode vir a ser inferior ao valor inicialmente pleiteado pelo município e considerado na habilitação, resultando em saldo, que pode ser redirecionado à habilitação de outras obras,

DELIBEROU

Art. 1º Na hipótese de existência de saldo resultante da diferença entre o valor considerado na habilitação de obra da política dos direitos da pessoa idosa e o valor efetivamente contratado pelo município e repassado pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI) ao município, nos termos da Resolução SEMIPI nº 025/2025, o valor do saldo poderá, em composição com outros saldos, ser utilizado para a habilitação de outros municípios em obras da política da pessoa idosa, nos termos dispostos pela presente Deliberação.

Art. 2º Poderão ser atendidos com o saldo de que trata o art. 1º desta Deliberação os pleitos de construção, reforma e/ou ampliação, apresentados nos prazos e critérios dispostos na Resolução SEMIPI nº 025/2025, devidamente analisados e com parecer favorável dos setores competentes.

Art. 3º O atendimento se dará por ordem crescente do valor pleiteado, habilitando-se os pleitos de obras desde aquelas com menor valor, até aquelas com maior valor.

Parágrafo único. Em caso de dois ou mais pleitos com valor idêntico, terão precedência os protocolos com maior antiguidade na data de envio final da documentação completa.

Art. 4º Não poderão ser contemplados com os recursos de que trata a presente Deliberação os municípios que já tenham sido habilitados pela SEMIPI, consoantes regras da Resolução SEMIPI nº 025/2025, para outra obra da política da pessoa idosa.

Art. 5º Os municípios que vierem a ser habilitados nos termos da presente Deliberação submetem-se a todos os demais procedimentos e regras constantes na Deliberação nº 024/2025 e na Resolução SEMIPI nº 025/2025.

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.



Larissa Marsolik

Presidente do CEDIPI/PR
Gestão 2025-2027